

Massificação do acesso e produção científica nas universidades: conciliação de critérios diferenciados para promover equidade social

Resultado de investigação finalizada

Grupo de trabalho nº 25: Educação e desigualdade social

Ana Lúcia da Costa Silveira

Resumo:

O objetivo deste trabalho é mostrar que as políticas públicas de expansão do acesso ao ensino superior podem constituir um recurso de redução efetiva das desigualdades sociais, desde que não deixem de lado a vocação científica das instituições superiores. Acredita-se que, feito dessa forma, o acesso ao ensino superior possa, de fato, modificar as relações de classe, tornando-as mais igualitárias. O trabalho mobilizará um referencial teórico de defesa da universidade voltada à produção de ciência para, em seguida, citar políticas de expansão das vagas nas universidades pós-anos 1980. Prosseguindo, apresentará como tem se dado a inserção da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no cenário das mais recentes políticas públicas de expansão das vagas no ensino superior.

Palavras-chave: Universidades públicas; Vocação científica; Massificação do acesso.

A importância da vocação científica na universidade do século XXI

Os avanços no campo da ciência e do conhecimento, típicos da pós-modernidade, aumentaram sobremaneira a importância político-ideológica das instituições de pesquisa e o poder dos cientistas, que, ao contrário dos momentos anteriores, passaram a agir mais politicamente, assumindo até mesmo a direção dos governos. Para referendar a relevância da manutenção (e, se possível, até mesmo ampliação) da vocação científica na universidade do século XXI, Latour (2009 e 2004) observa que, na modernidade recente, impregnada por avanços tecnológicos de toda ordem, as disciplinas científicas se tornam cada vez mais visíveis e presentes, saindo dos limites do laboratório e multiplicando-se nos recintos, nas arenas, nas instituições e nos fóruns.

A aceleração das descobertas no campo científico concede à ciência uma importância quase religiosa no cenário contemporâneo. O “antes e depois de Cristo” vai sendo substituído pelo “antes e depois do computador”, ou pelo “antes e depois da penicilina, da robótica, da nanotecnologia etc.”. Em outras palavras, do fundo de um laboratório, pode-se revolucionar o mundo. Essa constatação atribui à atividade científica um imensurável poder, que se transfere para o cientista, testemunha confiável e treinada, representante escrupulosa dos fenômenos criados pelas máquinas artificiais dos laboratórios. O trabalho dele consiste justamente em inventar, por meio de instrumentos e do artifício do laboratório, *a transferência do ponto de vista*, tão indispensável à vida pública. A natureza torna-se reconhecível por intermédio dos sábios (cientistas), que agem como *terceiros* em todas as relações com a sociedade. O cientista será, então, o mediador entre o conhecimento gerado no laboratório e a assimilação do mesmo pelas massas. O seu poder é descomunal: “A metade da vida pública encontra-se nos laboratórios; e lá que se deve procurá-la” (LATOUR, 2004, p. 132).

O verdadeiro modernismo não contaria, então, com uma ciência descontextualizada ou segregadora, que elimina violentamente os excluídos do coletivo, ao não constatar, hipocritamente, a sua existência. Ao contrário, a ciência favorece a democracia e a igualdade social: “Para bem conduzir

a tarefa impossível de compor o mundo comum, o *demos* havia se acostumado a esperar do alto o socorro da Ciência” (LATOURE, 2004, p. 302).

Essa democratização advém, ainda, do processo de *generalização do laboratório*, que acrescenta à discussão do cotidiano científico uma série de vozes novas. A valorização da importância da atividade científica na contemporaneidade aumenta bastante a relevância da vocação científica das universidades. Nenhuma instituição que se diga universidade poderia ficar fora do contexto traçado, o que confere outro sentido, que não o da simples massificação do acesso, para a ação de democratizar o ingresso às instituições públicas de ensino superior.

Nesta outra ótica, democratizar uma universidade seria reconhecer, no departamento universitário e seus grupos de pesquisa, a célula primeira a alimentar a sua vocação científica. Os seus professores-pesquisadores representariam os principais mediadores do “elo” universidade nas redes sociais de disseminação e aplicação dos conhecimentos científicos. Assim, fortaleceriam a universidade, pois, de acordo com Latour (2009), setores manipuladores da sociedade teriam dificuldades técnicas de exercer o seu controle sobre os laboratórios, já que a nova claqué de sábios neles situada pode contestar a autoridade de todos em nome do conhecimento que possui da natureza.

A valorização do departamento universitário e a diminuição do poder político do Estado nesse panorama de *generalização do laboratório* são reforçadas por Vianna (2004), que considera a comunidade científica gestada nos departamentos universitários uma categoria de *intelligenza* institucional, de formação singular, na medida em que não postula participação direta na política.

Se a *intelligenza* adotou a comunidade científica como a sua forma expressiva de inscrição na vida pública, passando ao largo dos partidos políticos e da vocação para substituí-los, no interior do Estado, como uma representante *em geral* da sociedade [...] seu campo é o da sociedade civil, dos direitos, da reforma intelectual e moral, da cidadania (VIANNA, 2004, p. 211).

Segundo o autor, isso atribui um forte peso à vocação científica das universidades na sociedade da era tecnológica, pois a *intelligenza* nucleada em seus departamentos pode inscrever-se no centro das questões implicadas na modernização brasileira, usando a ciência para erradicar o atraso e democratizar as oportunidades de bem estar social. A luta contra o subdesenvolvimento e o atraso dependeria menos da ação demiúrgica de um Estado sobreposto às classes sociais e mais da ação de uma comunidade científica investida do papel de uma *intelligenza* que apressaria o trânsito de todos os setores sociais, inclusive os mais subalternos, para uma ordem social de seres emergentes com os processos mais recentes de revolução tecnológica.

O contexto apresentado torna-se difícil de ser concretizado em um tipo de Estado populista, que se vale da heteronomia dos setores subalternos e da sua sujeição às elites da ordem burguesa para implementar políticas públicas mais centradas no imediatismo de suas ações. No que tange ao acesso ao ensino superior público, tais políticas investem mais pesadamente em uma aproximação entre universidades e massas que se dê por meio da ampliação quantitativa nos sistemas de ensino (politicamente mais visível e fácil de controlar), dando menos importância a um outro caminho por meio do qual os vínculos universidades/massas podem igualmente ser estreitados: o da manutenção da vocação científica das universidades, cujos departamentos, como dito, exerceriam o papel de mediadores entre a inovação que produzem e o cotidiano das massas.

Acredita-se que uma expansão do ensino superior que *realmente* contribua para o desenvolvimento da nação extrairia recursos públicos para a formação de cientistas, inclusive junto às camadas populares. Essa concepção conduz à adoção da ciência como forma expressiva de inscrição na vida pública, por meio da difusão de seus avanços entre todas as camadas sociais, tornando o indivíduo,

ao se mostrar mais articulado aos setores emergentes da comunidade científica, menos dependente da ação de políticas públicas de mero *alívio*, mas não de *erradicação*, da pobreza.

O modelo de universidade a valorizar essa vocação científica se inspiraria no conceito de escolas “formativas”, apresentadas por Gramsci (2000) como aquelas que exigiriam maior investimento de recursos, por demandarem um aumento da sua organização prática de funcionamento, sendo idealizada em vários aspectos. Um deles se relacionaria à dimensão de seus prédios, que deveriam contar com dormitórios, refeitórios e bibliotecas especializadas para favorecerem a permanência do alunado em tempo integral. O corpo docente, em particular, deveria ser ampliado, pois a eficiência da escola é muito maior e intensa quando a relação entre número de professores e alunos é menor. A função do professor seria a de um guia amigável e a sua qualificação assumiria extrema importância, pois seu desempenho deficiente cria uma escola retórica, sem rigor cognitivo e seriedade. “Um professor medíocre pode tornar os seus alunos instruídos, mas não conseguirá jamais que sejam cultos” (GRAMSCI, 2000, p. 45).

Em um cenário no qual o acesso à educação superior adquire cada vez maior centralidade como elemento civilizador indispensável para o desenvolvimento da sociedade em todos os níveis, deve-se ter um maior cuidado para que as políticas públicas, ao buscarem satisfazer as pressões das massas para o acesso aos estudos superiores, garantam que tal acesso não cumpra apenas a função de formação estritamente profissional, pois, se assim for feito, pode criar uma aparente situação de democracia de oportunidades, quando, na realidade, os mecanismos de estratificação social se mantêm, principalmente porque estas instituições pouco comprometidas com a vocação científica apresentam dificuldades em formar indivíduos capazes de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem os dirige.

Mesmo existindo as que o fazem, elas têm problemas em manter o seu alunado, uma vez que, não sendo feitas reformas na base da educação, sua clientela de acesso, por deficiências culturais, intelectuais e até mesmo alimentares, tradicionalmente não teria desenvolvido as aptidões adequadas para o cultivo de hábitos de diligência, exatidão, compostura física e concentração psíquica, fundamentais para a formação de cientistas ou estudiosos de grande valor, tão necessários a qualquer civilização. Esse contexto revela que, não obstante as políticas mais recentes de incentivo da abertura das portas das universidades às massas, ainda há muito por se fazer em termos da redução efetiva das desigualdades por meio da ampliação do acesso ao ensino superior.

Políticas públicas direcionadas à expansão do ensino superior pós-anos 1980

Políticas públicas são normalmente determinadas por aparatos legislativos, que resultam de projeções da esfera do Estado na dinâmica social de suas instituições, nelas se incluindo as universidades. No que se refere especificamente ao tema da legislação, a sua importância para o ordenamento estatal é assunto recorrente nos estudos de Gramsci (2002, p. 205): “O Estado só pode agir por via jurídica”.

Esta é precisamente a função do direito no Estado, pois ele faz uso da legislação para promover, na sociedade, obras constituintes construtivas, impregnadas de uma “demagogia” superior, que incorpora a ideia de auxílio às massas para que elas se elevem socialmente. Na verdade, o Estado jurídico usa a sua prerrogativa de constituir as leis para dar suporte ao que Gramsci (2002, p. 284) denomina de Estado ético ou de cultura:

Todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas.

Com o avanço das ciências modernas, as atividades relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas vão se tornando mais complexas, exigindo, de fato, a formação de sistemas de ensino ampliados para atenderem a demandas inerentes ao processo de modernização, ainda que tardia como a do Brasil. Essa circunstância vai promover o controle e a ampliação do acesso aos estudos superiores, sob a tutela do Estado jurídico.

Assim, torna-se importante destacar uma lei que, a partir dos anos 1980, propiciou expansão das vagas no ensino superior. Trata-se da Lei número 9.394 (LDB), promulgada em 1996 (BRASIL, 1996. In: CURY, 2002), em uma circunstância de democracia e resultante de determinações relacionadas à Constituição de 1988. Entre essas determinações, estavam as direcionadas ao ensino superior, que “ocupou” boa parte da LDB com o extenso e genérico capítulo “Da educação superior”, comprovando o valor que os núcleos dirigentes conferiam a este nível de ensino, buscando ampliá-lo pela continuação do incentivo à proliferação de instituições particulares, diversificadas cada vez mais em faculdades isoladas ou integradas, fundações técnico-educacionais, centros universitários e outras instituições similares ou afins.

Ao alimentar o caráter privatista e diversificado que se planejava conferir ao ensino superior, a LDB de 1996 consagrou práticas expansionistas que tornariam as funções essenciais deste ensino voltadas mais para a formação profissional e menos para a investigação científica. Tal característica pode ser compreendida como o desdobramento da difusão de reformas, de abrangência mundial, no ensino superior, baseadas no incremento da capacitação técnica, com vistas a aumentar a produtividade e a competitividade do capitalismo em crise, e numa nova capacitação dirigente, objetivando a instauração de uma cultura cívica baseada na conciliação de classes, visando a “humanizar” as relações de exploração e dominação burguesas (NEVES, 2005).

O entendimento que se faz da LDB de 1996 e da legislação posterior a ela remete a um contexto até então inédito nas relações sociais brasileiras, no qual a multiplicação da população transformou as massas em poder (MAXIMO, 2000). Ao utilizar o ensino superior com objetivos ético-políticos de socializar valores indispensáveis à coesão social entre massas e elite, o aparato legislativo que vigorou da LDB em diante inseriu o país, definitivamente, nos meandros de um tipo de capitalismo informacional, que transforma o conhecimento em um bem de produção, sendo um meio de organizar pessoas e produzir riquezas (MARTINS *et al.*, 2010).

A intelectualidade do século XXI consolida-se, então, no campo da ciência e do conhecimento, levando as pessoas a fazerem escolhas baseadas na informação e não mais na ideologia. Ou seja, os pós-modernistas substituíram os sujeitos históricos por novos protagonistas da ação social, promovendo os intelectuais acadêmicos à vanguarda da ação histórica.

Na nova sociedade, a comunicação passa a ocupar o lugar central outrora ocupado pela produção material da riqueza, o que faz com que as principais contestações se deem no campo da cultura e que o poder se concentre nas mãos dos detentores da informação e do conhecimento (MARTINS *et al.*, 2010, p. 109).

Nesse novo mundo, as categorias culturais substituem as categorias sociais. Previsões sobre o tipo de sociedade a se instalar por volta dos anos 2020 revelariam que nela o recurso determinante da produção capitalista não seria mais a propriedade dos bens de produção ou da força de trabalho, mas sim a propriedade do conhecimento. Essa sociedade, cada vez mais, agregaria valor à aplicação do conhecimento na produção e na inovação. O maior desafio social passa a ser, portanto, a dignidade daqueles que não detêm ou não aplicam o conhecimento nos processos de trabalho.

Esse novo grupo de trabalhadores deve ser educado para incorporar conhecimento ao seu trabalho, buscando o próprio crescimento, o aumento da produtividade e o refreamento dos conflitos sociais (MARTINS *et al.*, 2010, p. 112).

Nesse sentido, o aparato legislativo relacionado ao ensino superior a partir dos anos 1980/1990 valorizou a centralidade da educação como mercadoria para tornar o indivíduo mais empregável, contribuindo para melhorar a sua dignidade como trabalhador e, por conseguinte, para diminuir a desigualdade social. Na concretização desse ideal, foram adotadas medidas destinadas ao aumento das vagas no ensino superior, a partir do incentivo de práticas que favorecessem as camadas menos privilegiadas, como o incremento ao ensino noturno, à educação a distância e à criação de *campi* universitários em outros municípios. Criaram-se, ainda, leis e decretos que regulamentaram o financiamento público ao estudante carente no ensino superior privado e que estabeleceram políticas afirmativas permitindo o acesso privilegiado em universidades federais a afrobrasileiros, estudantes de escolas públicas, indígenas etc (LIMA, 2007).

Mesmo com todas essas políticas direcionadas ao aumento da presença das classes subalternas no ensino superior, estatísticas de censos organizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep (BRASIL, 2002-2009) mostravam que o privilegiamento da expansão não vinha apresentando o resultado esperado de massificação das oportunidades, pois havia expressivas sobras de vagas nas instituições privadas. Como o mesmo não estava ocorrendo nas instituições públicas, redirecionou-se parte dos recursos para promover nestas uma maior expansão, no caso a do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo governo por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Motivações para a implantação do Reuni podem ser encontradas em Leher (2003), que cita estudos realizados no período pré-Reuni apontando que, não obstante o crescimento das matrículas nos cursos pagos, o número de concluintes vinha se mantendo abaixo do esperado, devido a múltiplas dificuldades dos estratos subalternos em se manterem em instituições privadas, mesmo com isenções ou descontos nas mensalidades. Faltavam recursos, nestes estratos, para moradia, alimento, vestuário mínimo e transporte. Ou seja, o ensino privado ainda que com o acesso facilitado, ao contrário do que os dirigentes do MEC anteriormente supunham, permanecia mais elitizado que o público.

Nessas circunstâncias, o Reuni, em sua essência, transferiria parte da responsabilidade do novo pacto social de “cidadania educacional democrática” para as instituições federais, sobretudo aquelas que possuíssem condições mais favoráveis de moradia, alimentação, cursos noturnos e *campi* em regiões de baixa oferta de instituições de ensino superior (a UFRRJ, por exemplo). De texto enxuto, com apenas 8 artigos, o decreto do Reuni apresentou, como diretriz principal, “a redução das taxas de evasão, a ocupação de vagas ociosas e o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno” (BRASIL, 2007).

Dados referentes à última edição do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2002-2009) revelaram um aumento de 20% nas matrículas nas instituições federais de ensino superior, tanto em cursos presenciais, como nos a distância, já refletindo, portanto, os efeitos no Reuni implantado nas Ifes a partir de 2008. Até 2006, o investimento do MEC na compra de vagas em instituições particulares vinha sendo a principal política da expansão. Com o citado projeto de reestruturação, essa política expansionista vem sendo compartilhada com as universidades federais.

A verdade é que, com o Reuni e a disseminação de políticas afirmativas de privilegiamento do acesso de setores subalternos nas universidades públicas, estas instituições, outrora mais elitizadas, estão modificando o seu perfil para melhor se adequarem a políticas públicas que as engajem em um projeto nacional de promoção de maior equidade social mediante ao acesso à escolarização de nível superior. É o que conclui o relatório do primeiro ano do Reuni, realizado no governo Lula da Silva:

O balanço do primeiro ano do Programa comprova que a rede federal de educação superior envidou os esforços necessários para atingir seu principal objetivo institucional que é o de garantir a ampliação do número de vagas no ensino superior público. [...] O Reuni, em conjunto com as demais ações do Ministério da Educação, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação superior para a redução das desigualdades sociais. Com o Reuni, o Ministério da Educação cumpre sua missão institucional de ampliar a oferta de ensino superior e atuar em todos os segmentos da educação de forma integrada (BRASIL, 2009).

O cuidado que se deve ter, reiterando argumentos expostos anteriormente, é o de não orientar essa formação mais democratizada nas universidades federais para o mero desempenho de tarefas esvaziadas de componentes técnico-científicos e de sentido político. A maneira como a UFRRJ se adaptou ao conjunto de políticas de refuncionalização do ensino superior constitui um exemplo das dificuldades a envolverem esse cuidado.

Os efeitos das políticas de expansão do ensino superior pós-anos 1980 na UFRRJ

Criada em 1910 como Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária, a atual UFRRJ, em sua trajetória centenária, passou por processos de ampliação de seus cursos e vagas. Um deles ocorreu nos anos 1990, quando se verifica o início do funcionamento do curso noturno de Administração (1990), do curso de Engenharia de Alimentos (1991) e dos cursos de Administração e Ciências Econômicas em outros municípios. A política de descentralização acadêmica em outros *campi* já pode ser vista como um dos desdobramentos da LDB de 1996.

Nos anos 2000, foram criados os cursos de Engenharia de Agrimensura e Engenharia Agrícola (2000); Arquitetura e História (2001); Administração, Ciências Econômicas, História, Matemática, Pedagogia e Turismo, no Instituto Multidisciplinar, em Nova Iguaçu (2006/7); e Pedagogia (2007).

Observa-se que, a partir de 2008, as determinações do já citado Reuni, na UFRRJ, levam a um espetacular crescimento na oferta de graduações, a ponto de ela quase duplicar em apenas dois anos (de 25 cursos para mais de 50). Em 2009, passam a ser oferecidos os cursos de Ciências Sociais, Filosofia, Letras, Belas Artes, Geografia e Direito. Já em 2010, a oferta novamente se amplia com os cursos de Ciência da Computação, Comunicação Social/Jornalismo, Engenharia de Materiais, Gestão Ambiental, Hotelaria, Relações Internacionais, Sistemas de Informação, Administração Pública, Ciências Contábeis, Farmácia e Psicologia.

O aumento mais recente na oferta de cursos na UFRRJ advindo da expressiva expansão promovida pelo Reuni proporcionou resultados favoráveis no que se refere à abertura das portas da instituição para as classes mais populares, por conta do incremento da oferta de cursos noturnos e próximos ao local de residência de seu alunado. Além disso, houve a adoção, de 2009 em diante, em seu sistema de seleção, de mecanismos envolvendo ações afirmativas que, inicialmente, determinaram bônus de 10% sobre a nota final do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para candidatos egressos de escolas públicas e reserva de 20% das vagas das licenciaturas para professores da rede pública de educação básica que comprovarem estar no exercício da atividade docente (UFRRJ, 2009a).

Atualmente, a UFRRJ ampliou ainda mais a utilização de políticas afirmativas no preenchimento de suas vagas para cursos de graduação, ao reservar 50% delas para ingressantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, desde que comprovem vulnerabilidade econômica (renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita) ou tenham se autodeclarado pretos, pardos ou indígenas no último censo demográfico promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (UFRRJ, 2013).

Diante disso, o perfil socioeconômico dos ingressantes tem revelado aumento no número de novos alunos com as seguintes características: trabalhadores exercendo atividade remunerada (de 32,2% para 57,5%), com renda familiar de um a três salários mínimos (de 26,2% para 45,2%), egressos de escolas públicas (de 23,3% para 59,3%) (UFRRJ, 2010).

A partir de 2009, ao aderir integralmente ao Enem, disponibilizando as suas vagas para concluintes de ensino médio de todo o país, a UFRRJ facilitou ainda mais o ingresso de alunos de origem popular. Por ser o Enem um exame de âmbito nacional, os candidatos puderam prestá-lo em localidades próximas às suas residências, fato que deu a estudantes de regiões longínquas de todo o Brasil a oportunidade de concorrerem a vagas na UFRRJ. O diferencial de poder alojar parte de seus alunos, com prioridade aos residentes de outros estados, tornou a UFRRJ uma das instituições mais procuradas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que organiza o recrutamento inicial dos aprovados pelo Enem. O salto na relação candidato/vaga foi espetacular em quase todos os cursos. Antes da adesão da UFRRJ ao Enem, cursos como Ciências Agrícolas e Economia Doméstica, por exemplo, apresentavam relações candidato/vaga inferiores a 1 em alguns vestibulares passados (SILVEIRA, 2012). Nesse sentido, conforme mencionado, a adesão da instituição a um exame nacional de cursos facilitou sobremaneira a inclusão de candidatos de todo o país na concorrência das vagas da UFRRJ e pode ser interpretada como uma forma de tornar o seu acesso mais democrático.

Quanto à permanência dos alunos nos cursos, a UFRRJ tem se esforçado na implantação de medidas que busquem impedir a evasão do alunado com esse novo perfil. Convém lembrar que o próprio Reuni é um programa não apenas de ampliação das vagas nas universidades federais, como também de incentivo à conservação dos alunos nas vagas ocupadas, portanto há liberação de recursos governamentais para atingir tal objetivo. Normalmente, os alunos recebem esses recursos por meio de bolsas.

Cabe citar também que a UFRRJ iniciou a oferta da Bolsa Permanência (UFRRJ, 2011), destinada a alunos da graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, apresentando quatro modalidades: Moradia, Alimentação e Transporte. Não obstante o incremento das oportunidades de concessão de recursos visando à permanência do alunado com esse novo perfil na instituição, vale ressaltar ser por meio exercício das atividades científicas que ocorrerá, de fato, a inserção deste alunado no padrão legítimo de uma universidade. Esse é o grande desafio que a UFRRJ tem pela frente. Se comparada a outras instituições de tradição rural (SILVEIRA, 2012), a UFRRJ foi a única que, com o Reuni, duplicou a sua oferta de cursos já partindo de um patamar inicial alto, que era de aproximadamente trinta cursos em 2007. Isso significa que ela exemplifica um tipo de ação pública a contribuir para a formação de quadros das profissões liberais e para a incorporação e mobilidade social, por favorecer o acesso de setores da população tradicionalmente excluídos do ensino superior. Mas, por outro lado, têm surgido na instituição certas dificuldades relacionadas ao exercício da atividade científica. Uma delas diz respeito ao horário noturno e a maior percentagem de alunos trabalhadores em seus quadros discentes, fato que diminui o tempo dedicado à pesquisa.

Explicando melhor, a expansão dos cursos promovida pelo Reuni, mais voltada para a área das Humanas e seus cursos noturnos e a distância, não privilegiou outras áreas mais atuantes na formação de grupos de pesquisa na UFRRJ, havendo uma desproporção entre o número de grupos de pesquisa e o de cursos por área na UFRRJ. Enquanto nas áreas Agrárias e Biológicas o número de grupos de pesquisa é alto em relação ao número de cursos, evidenciando nelas uma vocação científica mais proeminente, o mesmo não ocorre nas demais áreas, sobretudo naquelas em que a expansão do Reuni se deu mais fortemente, que foi nas das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes.

Para melhor administrar a tarefa de conciliar produção de ciência e massificação do acesso, a UFRRJ tem adotado algumas medidas, entre as quais se destaca a criação de novos departamentos nas áreas mais ampliadas, como a de Ciências Humanas, que teve o seu Departamento de Letras e Ciências

Sociais dividido em cinco novos departamentos: de História, de Artes, de Ciências Sociais, de Filosofia e de Letras/Comunicação Social (SILVEIRA, 2012). A valorização da departamentalização, nesse contexto, pode representar um diferencial positivo na consolidação dos inúmeros cursos criados, desde que não privilegie as tarefas docentes meramente burocráticas, mas também a criação e fortalecimento de grupos de pesquisa que possam inserir um quantitativo maior, entre os alunos ingressantes, na iniciação científica e não apenas na iniciação profissional. Feita dessa forma, a expansão das vagas e cursos na UFRRJ contribuirá, de forma mais profícua, na redução das desigualdades sociais.

É bom citar, à guisa de exemplo, uma atividade desenvolvida na UFRRJ que ilustra a contribuição dos avanços científicos levando à melhoria das condições de vida não apenas da sociedade em geral, mas sobretudo dos estratos menos privilegiados. É o caso de uma pesquisa realizada pelo grupo de Nutrição Mineral de Plantas, do Instituto de Agronomia da UFRRJ, em conjunto com núcleos científicos de diversas partes do mundo, cujos resultados aumentaram a produtividade dos cultivos de arroz feitos por pequenos agricultores no estado do Maranhão (UFRRJ, 2009b). Sabe-se que os índices de pobreza neste estado brasileiro são altos, então uma pesquisa realizada por uma universidade federal que venha a contribuir na redução desses índices evidencia que a equidade social pode ser conquistada neste tipo de instituição não somente por meio da massificação do seu acesso.

Considerações finais

O trabalho mostrou que, em contexto de desigualdade periférica, podem ser inseridas as políticas mais recentes de expansão das vagas e facilitação do acesso e da permanência das massas no ensino superior, em especial nas universidades federais. A massificação do acesso das camadas subalternas a esses templos da *intelligenza* resulta em maior democratização de oportunidades, uma vez que a sociedade pós-moderna atribui grande valor ao domínio da informação, em um contexto econômico denominado pela bibliografia de “capitalismo informacional”. Portanto, quanto maior for o acesso das massas à informação, melhor será a sua inserção em posições sociais mais favoráveis na hierarquia deste capitalismo informacional.

Por outro lado, é por meio do desenvolvimento do conhecimento científico que essa mesma sociedade pós-moderna tornará a ciência inteligível e aplicável em todas as arenas, disseminando nos fóruns mais variados o espírito reflexivo e criativo, essencial ao desenvolvimento de uma nação. Ao valorizar uma expansão que enfatize a vocação científica das universidades, as políticas públicas que visam a uma maior equidade social por meio deste tipo de instituição conquistarão avanços efetivamente mais práticos.

No contexto de uso do ensino superior para promover equidade social, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi tomada como exemplo para demonstrar as dificuldades inerentes à concepção do que seria, de fato, democratizar uma universidade.

Ampliar o acesso e investir em ciência. Sem dúvida, são critérios diferenciados para nortear as políticas públicas voltadas para as instituições universitárias. Porém não são critérios excludentes entre si. Ou seja, uma universidade pública pode atender a expectativas de mobilidade social, facultando o acesso de setores da população dela tradicionalmente excluídos, sendo o lugar de formação de quadros para as profissões liberais, como também (e principalmente) pode ser o lugar da criatividade, ao assumir o papel de sujeito no processo civilizador de um país, ancorada no patrimônio da identidade nacional e científica.

Conciliação de critérios diferenciados: eis o aspecto efetivamente inovador no campo das políticas públicas ligadas às universidades com foco na redução das desigualdades sociais.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *Censos da Educação Superior*. Resumos Técnicos 2002-2009. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

_____. Ministério da Educação. *Reuni- Relatório de primeiro ano*. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 04 out. 2010.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 6.096*, de 24/04/2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -Reuni. Brasília: 2007. Disponível em: <<http://www.reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 04 out. 2010.

_____. Presidência da República. *Lei 9.394*, de 20/12/1996. In: CURY, Carlos Roberto Jamil. *LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/96*. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. *Políticas da natureza*. Como fazer ciência na democracia. Bauru (SP): Edusc, 2004.

LEHER, Roberto. Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século. In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. (Orgs.). *Políticas e gestão da educação superior*. Transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003.

LIMA, Kátia Regina de S. *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

MARTINS, André Silva; OLIVEIRA, Daniela Motta; NEVES, Lúcia Maria Wanderley; MELO, Marcelo Paula de; SANTOS, Marco Antonio Carvalho. Fundamentos teóricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital*. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

MAXIMO, Antonio Carlos. *Os intelectuais e a educação das massas*. Campinas (SP): Autores Associados, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

SILVEIRA, Ana Lúcia da Costa. *A vocação rural da UFRRJ do tempo recente*. Rio de Janeiro (RJ): Editora ACMGuedes, 2012.

UFRRJ. Pró-Reitoria de Graduação. *Edital nº 31/2013*. Seropédica: 2013. Disponível em: <<http://www.ufrrj.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. *Edital nº 1*, de 27/1/2011. Seropédica: 2011. Disponível em: <<http://www.ufrrj.gov.br>>. Acesso em: 14 mai. 2011.

_____. *Rural Semanal*. Informativo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Número 27, 30/8/2010. Seropédica: 2010. Disponível em: <<http://www.ufrrj.gov.br>>. Acesso em: 14 mai. 2011.

_____. Secretaria dos Órgãos Colegiados. *Deliberação162*, de 17/6/2009. Seropédica: 2009a. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 14 mai. 2011.

_____. *Rural Semanal*. Informativo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Número 24, 11/5/2009. Seropédica: 2009b. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 14 mai. 2011.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*. Iberismo e americanismo no Brasil. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2004.